

Editorial nº 11 – Proposta do OGE de 2021 (parte 3)

Recordemos a tabela de dados da despesa corrente:

Valores em 109 Akz	Exec 19 Akz 21	OGE 20 R Akz 21	OGE 21	OGE 21/ Exec 19	OGE 21/ OGE 20 R	% OGE 21	% PIB Total 21	% PIB 21
Despesas Correntes	7 273	7 010	7 220	-0,7%	3,0%	78,4%	17,2%	
Remuneração de empregados	2 948	2 585	2 472	-16,2%	-4,4%	26,8%	5,9%	7,7%
Juros	2 235	2 331	2 602	16,4%	11,6%	28,3%	6,2%	25,9%
Internos	1 207	1 098	1 032	-14,5%	-6,0%	11,2%	2,5%	10,3%
Externos	1 029	1 233	1 570	52,6%	27,3%	17,0%	3,7%	15,6%
Bens e Serviços	1 196	1 201	1 253	4,8%	4,3%	13,6%	3,0%	3,9%
Bens	420	367	395	-5,9%	7,5%	4,3%	0,9%	1,2%
Serviços	776	834	858	10,5%	2,9%	9,3%	2,0%	2,7%
Subsídios e transferências correntes	894	893	894	0,0%	0,1%	9,7%	2,1%	2,8%
Subsídios a preços	116	218	167	43,7%	-23,3%	1,8%	0,4%	0,5%
Transferências para as famílias	623	565	595	-4,3%	5,4%	6,5%	1,4%	1,9%
Outros subsídios e transferências	155	110	131	-15,4%	19,5%	1,4%	0,3%	0,4%

Outros subsídios e transferências

Todos os subsídios a empresas do estado devem ser eliminados. Dentro destes, os “Subsídio P/ Cobertura De Custos Com Pessoal” de Instituições financeiras são os mais absurdos. Então o Estado suporta os custos com pessoal de bancos? **Não parece haver outra solução senão vender, mesmo com fortíssimos prejuízo, as instituições bancárias cujos trabalhadores, afinal, são “funcionários públicos”!** De igual forma, **os subsídios para cobertura de outros custos operacionais de empresas devem ser eliminados**, neste OGE, restando, na rubrica de subsídios, apenas, os subsídios a preços.

As Transferências correntes para outros “Níveis Do Governo Nacional” são demasiado opacas, sendo necessário uma listagem exaustiva dos fundos autónomos (12 mil milhões) institutos públicos (31 mil milhões) e, sobretudo, “Instituições Sem Fins Lucrativos” (11 mil milhões): **quem são, o que fazem, e quem responde pela eficiência dos seus serviços?**

Há ainda um valor de **34 mil milhões de “Transferências Correntes Para O Exterior”** que gostaríamos de perceber melhor. Segundo a Secretária de Estado para o Orçamento “... hoje já gastamos 100 milhões USD [anuais] em participações em organizações internacionais”¹. **Se 100 milhões de USD são cerca de 65 mil milhões de Kwanzas**, ao câmbio de hoje, **como vamos gastar 34 mil milhões ao câmbio de 2021? O Kwanza vai valorizar cerca de 100%? Vamos reduzir a participação nos organismos internacionais em mais de 50%? Façam relatórios de fundamentação que fundamentem os números, por favor!**

Subsídios a preços

Não se percebe a trajectória desta rubrica. O Relatório de Execução de 2019 (RE 19) refere uma despesa efectiva de 116 mil milhões; o OGE de 2020 revisto (OGE 20R) aumenta-a para quase o dobro (218); e, para 2021, prevê-se uma redução de 23%, para 167 mil milhões (todos os dados em Kwanzas de 2021). No Relatório de Fundamentação (RF) diz-se: “Em 2021 deverá ser continuado o processo de reforma dos subsídios que, em 2019, culminou com a conclusão da primeira fase da reforma”. Ora, o que se observa é um movimento errático que não pode ser o resultado de qualquer reforma coerente!

Na verdade, os subsídios aos combustíveis nem sequer estão incluídos no OGE, continuando a pairar no limbo entre a Sonangol e a conta do Estado! Se os subsídios a combustíveis **totalizam entre 1,5 a 2,0 mil milhões de USD (entre 1,1 e 1,5 biliões de Kwanzas** com a taxa de câmbio a 750 AKZ/USD²), é evidente que não estão considerados no orçamento. Será que parte da diferença entre os fundos obtidos com o aumento da dívida, em 2019, e a despesa reportada no Relatório de Execução, no valor de 3 biliões, foi substancialmente destinada a cobrir subsídios aos combustíveis? **Porque os relatórios de execução não apresentam a execução? Porque os relatórios de fundamentação não fundamentam? Porque uma rubrica de mais de 1 bilião (3% do PIB total) não aparece no OGE?**

1 Retirado a 5 de Dez de 2020 do jornal Expansão online sob o título “Angola avalia se vale a pena aderir a organizações internacionais quando já gasta 100 milhões anuais”

2 A 30 de Novembro a taxa de venda do USD estava em 675,161 AKZ.

É nossa opinião que **os subsídios em geral**: luz, água, transportes públicos, etc., **devam ser imediatamente terminados** porque o impacto sobre as populações mais desfavorecidas é **reduzido**, uma vez que as **pessoas pagam água de “bidon”, electricidade de gerador ou posto de transformação privado e se deslocam em táxis colectivos**. É muito mais importante proteger os cidadãos contra um aumento descontrolado dos táxis!

Quanto aos **subsídios aos combustíveis**, que de uma vez por todas devem ser colocados de forma clara no OGE, é nossa opinião que devam ser **reduzidos de forma faseada para evitar mais um choque brutal** à economia e ao nível de vida dos cidadãos. **Já foram suportados vários choques brutais, todos necessários do ponto de vista fiscal, mas** que podiam ter **impactos negativos muito menores na economia** (ou seja, no PIB, logo nas receitas fiscais) **se fossem conduzidos de forma disciplinada e gradual**: o **abandono da taxa de câmbio fixa** em Janeiro de 2018; a **liberalização cambial** que teve um impacto particularmente brutal por ter ocorrido **em simultâneo com a introdução do IVA** (em Outubro de 2019), etc. É necessário que o fim dos subsídios aos combustíveis seja feito de forma gradual. **Propomos correcções mensais** ao longo de, pelo menos, **4 anos, a um ritmo de não mais de 1% do PIB Não-petrolífero por ano**, sendo **urgente iniciar o ajuste**. Na verdade, **se o tivéssemos começado em 2018 já o estaríamos a terminar**. O problema é que, como habitualmente, **os problemas não são discutidos e resolvidos** (nem sequer conhecemos o seu valor exacto), **vai-se empurrando com a barriga sem se tomarem decisões e depois faz-se tudo à bruta**. Como diria um amigo: **“de noite sonha! de manhã, manda executar!”**

Transferências para as famílias

Deixámos propositadamente para o fim as transferências sociais. Contrariamente ao discurso oficial as **transferências para as famílias estagnam à volta de 600 mil milhões**, com um crescimento, em Kwanzas de 2021, de -4,3% relativamente à execução de 2019 e +5,4% relativamente ao OGE 20R (o que significa que, **neste ano de 2020, em plena pandemia, as transferências sociais previstas caem, em termos reais, cerca de 10%**)!

O RF 21 diz que “...[para] mitigar os impactos ... da eliminação dos subsídios a preços ... o Executivo desenhou um programa de transferência directa de rendimentos para famílias mais carenciadas”. **Ora, o que conta não é um programa específico, mas sim a soma de todos os programas. Relativamente à última execução conhecida (2019), os subsídios a preços sobem 43,7% e as transferências sociais descem 4,3%: diz-se uma coisa, mas faz-se exactamente o contrário!**

Nesta situação de emergência social, é **“obrigatório” que as transferências sociais cresçam pelo menos na medida da redução dos subsídios e transferências**. O **objectivo** não deve ser a “... melhoria da qualidade das finanças públicas”, mas sim a **transformação em apoios aos que mais necessitam (transferências para as famílias) dos subsídios sociais gerais (subsídios a preços) e dos apoios a quem não deve recebê-los (bancários, etc.)**. O valor total da rubrica subsídios e transferência não deve ser afectado negativamente!

À rubrica geral de subsídios e transferências, que representa 2,8% do PIB Não-petrolífero, devem somar-se 4%, correspondentes ao valor actual dos **subsídios a combustíveis, totalizando 6,8%**. Há que **registar esta despesa e assumir o deficit** fiscal! A redução média anual dos subsídios deve ser **compensada**, parcialmente, pelo **aumento das transferências para as famílias, aproximando** esta rubrica de **4% do PIB Não-petrolífero**

Luanda, 5 de Dezembro de 2020

Heitor Carvalho

Director do Cinvestec